

DECRETO Nº 2.952/2015

Estabelece critérios para designação de jornada de regime suplementar.

O Prefeito do município de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais considerando a necessidade de estabelecer normas para a designação de jornada em regime suplementar, conforme previsto no art. 60 da Lei Complementar nº 54, de 30 de junho de 2014,

DECRETA

Art. 1º Os profissionais do magistério, interessados em assumir jornada em regime suplementar, deverão efetuar sua inscrição na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de 09 a 16 de dezembro de 2015.

Art. 2º A distribuição de aulas e/ou turmas para a jornada em regime suplementar ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de acordo com as vagas apresentada por cada instituição educacional.

Art. 3º Para efeito da classificação dos profissionais, adotar-se-á, em ordem decrescente, os seguintes critérios:

- I- Profissional com maior habilitação ou titulação;
- II- Maior tempo de serviço em funções de magistério na instituição educacional onde está sendo ofertada a jornada em regime suplementar;
- III- Data de nascimento;
- IV- Sorteio, na presença dos interessados.

§ 1º O profissional do magistério designado para o exercício da docência no atendimento educacional especializado deverá possuir formação específica.

§ 2º O profissional do magistério designado para atuação em área de conhecimento ou componente curricular terá prioridade quando possuir qualificação específica.

Art. 5º–A jornada em regime suplementar de profissional substituto não será interrompida quando houver prorrogação do período da licença do profissional.

Art. 6º O profissional do magistério convocado para o exercício de jornada em regime suplementar poderá não assumir a turma designada, porém será remanejado para o final da lista geral.

Art. 7º A desistência de jornada em regime suplementar antes do término de período de designação ou a não aceitação da convocação quando não houver no mesmo ano letivo.

Art. 8º. Não poderá ser designado ou usufruir a jornada em regime suplementar o profissional do magistério que:

I – estiver sendo submetido a processo administrativo disciplinar ou sindicância;

II – tiver menos de noventa por cento de participação nos cursos de formação continuada ou capacitação, ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – estiver em licença de saúde por período superior a quinze dias.

Art. 9º. A interrupção da jornada de regime suplementar ocorrerá:

I- A pedido do interessado;

II- Quando cessada a razão determinante da jornada de regime suplementar;

III- A critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por ato motivado.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá por meio de “Termo de Aceitação e Compromisso”, o início e o término do período de trabalho do profissional do magistério para o exercício da jornada em regime suplementar, bem como sua prorrogação quando for o caso.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura enviará à Divisão de Recursos Humanos a relação dos profissionais do magistério designados para a jornada em regime suplementar.

Art. 12. A relação de que trata o art. 11 deverá ser divulgada para conhecimento dos profissionais do magistério.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
em 07 de dezembro de 2015.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal